

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal negou uso de R\$ 49 bilhões em créditos tributários no ano de 20253

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Transação: a necessária harmonização entre entes federativos5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo insiste em elevar arrecadação em 20277

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil registra recorde de acidentes e mortes no trabalho em 2025; caminhoneiros lideram óbitos9

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil registra recorde de afastamentos por saúde mental, e norma passa a exigir cuidado obrigatório nas empresas 11

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Penduricalhos da Fazenda-SP, em um mês, custaram R\$ 111 milhões13

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Remessas internacionais na reforma tributária: o desafio da regulamentação15

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor aéreo brasileiro prevê alta superior a 20% nas passagens com reforma tributária (aviação) 17

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve redefinir margens, preços e competitividade dos supermercados 19

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A tragédia de erros de Trump (Artigo) 20

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Vale deve ter aumento de 20% na o receita do 1 tri, dizem analistas22

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
SEGURIDADE SOCIAL

IOF na previdência é tiro no pé (Artigo)24

Terça-Feira, 28 de Abril de 2026

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Projeção para o IPCA neste ano sobe para 4,86%..... 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado aumenta projeção de inflação acima da meta..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Guerra puxa alta dos preços do material de construção..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
ECONOMIA

PIB do agronegócio brasileiro teve alta de 12,2% em 2025..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Impasse no Oriente Médio pressiona juros..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Endividamento avança mais e renova recorde..... 32

Receita Federal negou uso de R\$ 49 bilhões em créditos tributários no ano de 2025

Beatriz Olivon e Jéssica Sant'Ana

A **Receita Federal** negou o pedido de contribuintes para compensar R\$ 49 bilhões em créditos tributários no ano de 2025. Para este ano, a expectativa é de superação desse valor. Somente no primeiro trimestre, R\$ 15 bilhões em créditos já foram rejeitados pelo órgão.

O número é resultado da intensificação da análise desses créditos pela Receita a partir de 2024, em razão do aumento de tentativas de fraude, em especial, por consultorias tributárias. Neste ano, a expectativa é de impedir que R\$ 70 bilhões de créditos tributários considerados irregulares sejam aproveitados por contribuintes - estimativa que corresponde a 10% do estoque de créditos em análise, referentes aos últimos cinco anos. Em média, 10% dos pedidos não são homologados.

Desde o ano de 2020, a Receita passou a observar aumento nos pedidos de compensação atribuído à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de retirar o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, a chamada "tese do século". A partir de 2024, começou uma redução dos pedidos de crédito decorrentes de decisões judiciais, mas as solicitações de homologação não voltaram ao patamar anterior a 2020, segundo a auditora fiscal Ana Jandira Monteiro Soares.

Em 2024, a Receita formou uma equipe para fiscalizar fraudes nesses pedidos de compensação, que passou a fazer cruzamentos de dados. "Não homologar as compensações não ataca a causa primária, que é a venda de falsas teses", apontou.

A conclusão da Receita foi de que o uso elevado de créditos tributários, em 2024 e 2025, teve ligação com

consultorias que vendiam créditos falsos ou indevidos para compensar **tributos** a serem pagos pelas empresas. "Existem boas consultorias, mas sabemos que existe abuso e uso indevido por outras", afirmou Ana.

Hoje, todo Perdcomp (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação) passa por um sistema de cruzamento de dados. E se a Receita considerar

que o crédito não existe, a compensação não é homologada.

O contribuinte pode questionar a

negativa na esfera administrativa, nas Delegacias Regionais de Julgamento e, depois, no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Os débitos considerados indevidamente compensados ficam suspensos durante o contencioso administrativo, até uma definição.

Além da "tese do século", levou ao aumento nos pedidos de compensações nos últimos anos, segundo o advogado Luiz Roberto Peroba, sócio do Pinheiro Neto Advogados, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de 2018.

Na ocasião, os ministros definiram que insumos devem ser essenciais e relevantes para gerarem créditos de PIS e Cofins. A decisão, acrescenta, teria deixado as empresas menos conservadoras com relação a essas compensações, abrindo mais divergências com a Receita.

Essas divergências têm se tornado mais comuns no **Carf**, onde aparecem julgamentos sobre créditos referentes a custos com marketing, taxas de cartão de crédito, uniforme de funcionários, entre outros. "São situações em que a Receita não reconhece o crédito, mas o contribuinte se baseia no precedente do STJ", diz.

No caso de negativa da Receita, se não houve fraude, o contribuinte passa a ter que pagar o tributo devido com multa de mora. Havia uma outra multa específica para a negativa de homologação de pedido de créditos, mas ela foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2023.

Os R\$ 49 bilhões de pedidos de compensações negados em 2025 são resultado de cruzamento de dados. Foram realizadas várias operações sobre o assunto, entre elas a que identificou contribuintes com atividade econômica incompatível com os produtos que dariam direito de fazer a compensação tributária com esse tipo de crédito. O caso revelou que 97% do crédito relacionado à indústria farmacêutica e de importadores de medicamentos foi solicitado por empresas que não se enquadram nas categorias

previstas na lei.

Neste ano, a Receita destaca que ficará de olho nos contribuintes do setor supermercadista. O Fisco acabou de lançar a operação "Caixa Rápido", após identificar inconsistências em mais de 55 mil pedidos de ressarcimento e compensação por quase 3 mil empresas do ramo. Nesse primeiro momento, o objetivo é buscar a autorregularização, segundo Ana.

De acordo com a auditora fiscal, o objetivo das negativas de compensação é impedir a ilegalidade, mas também incentivar que o contribuinte ajuste seu comportamento. "O nosso objetivo não é a glosa, simplesmente, é uma mudança de comportamento. É uma busca da conformidade. E quanto mais rápido a gente faz [a análise que hoje pode ser feita em cinco anos] melhor."

Para tentar fechar a brecha que possibilita essas fraudes, o governo federal editou uma medida provisória, depois convertida na Lei nº 15.265, de 2025, que impede a compensação de créditos de documento de arrecadação (Darf) inexistente ou de crédito de PIS/Cofins que não tenha relação com a atividade principal da empresa, salvo casos de transformação, incorporação ou fusão.

Segundo Ana, essa legislação dá mais instrumentos para a Receita agir de forma mais incisiva. A norma trata de algumas situações em que o tributo será considerado não declarado, prevendo multa. E não há a possibilidade de manifestação de inconformidade, o que reduz o contencioso.

"Chegamos ao final para cobrança do débito indevidamente compensado de forma muito mais rápida", diz ela. "É um instrumento para combater esses tipos de fraude que estamos identificando", acrescenta. Por enquanto, as auditorias são de documentos anteriores à lei, então ainda não é possível perceber seus efeitos, segundo a auditora. "Vamos ver o impacto mais no segundo semestre."

A Receita conseguiu identificar consultorias fraudulentas por meio de um trabalho conjunto com o Ministério Público e a Polícia Federal. "Existem diversos crimes envolvidos, inclusive ocultação de patrimônio porque, além da venda do crédito, há a fraude da própria consultoria, com uso de laranjas, ocultação de rendimento", afirma.

A advogada Priscila Faricelli, sócia do Demarest, diz que, para muitas empresas, a fraude pode ser atrativa, porque consegue "sumir" com o tributo assim que a compensação é pedida. Mas depois da análise pelo Fisco, que pode levar cinco anos, o pagamento será exigido. "Na prática, não há uma defesa se os créditos

são inexistentes", afirma.

Para Priscila, o número de clientes que cai em fraudes tem aumentado. "Acho que a tese do século impulsionou esse mercado [de consultorias que na verdade oferecem fraudes]." Apesar disso, ela pondera que o grande volume em termos de valor envolvido ainda se deve à divergência de interpretação entre Receita e empresas, não a fraudes.

"Certamente nesse contingente de créditos negados existem situações em que o Fisco desconsidera compensações por divergência de interpretação e haverá litígio", aponta a tributarista. Além de créditos inexistentes, gera a não homologação, por exemplo, a indicação de crédito referente a ação judicial coletiva por contribuinte que não integra o setor econômico ou o grupo que fez o pedido.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Transação: a necessária harmonização entre entes federativos

Nos últimos anos, a transação tributária despontou no ordenamento jurídico brasileiro como um instrumento legítimo, eficiente e necessário de solução alternativa de controvérsias fiscais. Inspirada na lógica do sistema multiportas, introduzido pelo Código de Processo Civil (CPC/2015), e concretizada no âmbito tributário pela Lei nº 13.988/2020, a transação passou a permitir que contribuintes e a Fazenda Pública pactuem, por meio de concessões mútuas, a regularização de débitos tributários em bases mais racionais e personalizadas.

Na prática isso significa a substituição de um modelo historicamente litigioso por uma lógica cooperativa, onde a recuperação do crédito caminha junto à viabilidade da atividade empresarial. A lógica arrecadatória, sem dúvida, permanece e segue como prioridade, mas temperada por um olhar mais pragmático: recuperar o que é efetivamente recuperável, com mais segurança e eficácia.

Nesse cenário, a União assumiu papel de vanguarda. Regulamentações como a Portaria PGFN nº 6.757/2022 e os recentes editais da **Receita Federal** consolidaram modalidades robustas de transação individual e por adesão, com parâmetros técnicos bem definidos, como a Capacidade de Pagamento (Capag) presumida e efetiva. Mais importante, no plano federal, as empresas em recuperação judicial ou extrajudicial passaram a figurar no centro da política fiscal de regularização.

Para essas empresas, a norma federal prevê condições diferenciadas e mais benéficas, como a possibilidade de descontos ampliados, que podem chegar a 70% do valor consolidado do crédito (juros e multas), prazos de pagamento de até 120 meses, uso de prejuízo fiscal e aceitação de garantias alternativas, e, inclusive, suspensão das execuções fiscais pela simples proposta de transação.

Esses benefícios refletem o entendimento de que a recuperação da empresa é, antes de tudo, um interesse público. Preservar a atividade econômica significa preservar empregos, arrecadação futura e estabilidade nas cadeias produtivas.

No entanto, esse avanço normativo encontra seu limite ao cruzar as fronteiras dos entes federativos. A experiência paulista, por exemplo, embora exitosa no contexto do Acordo Paulista, escancara uma lacuna

estrutural: a ausência de qualquer tratamento normativo específico para empresas em recuperação extrajudicial. Embora preveja descontos relevantes e parcelamentos extensos, o regime estadual ignora por completo as especificidades dessas empresas, como a fragilidade momentânea de caixa e a indisponibilidade de garantias tradicionais.

O contraste é alarmante. Empresas com atuação nacional, especialmente nos setores de varejo, logística e serviços, convivem com dois regimes jurídicos díspares para tratar dívidas de mesma natureza, ainda que oriundas de entes distintos. O mesmo contribuinte que, na esfera federal, é tratado como um agente em reestruturação e recebe incentivos claros à sua recuperação, é, na esfera estadual, compelido a negociar sob as mesmas regras que uma empresa em plena capacidade financeira.

Essa ausência de uniformidade gera distorções jurídicas e econômicas. Além de potencialmente violarem o princípio da isonomia, comprometem a efetividade da recuperação extrajudicial, instituto que, por sua natureza, exige a adesão de credores públicos e privados em condições compatíveis com o fluxo de caixa futuro. A transação tributária deveria funcionar como uma ferramenta de convergência entre esses interesses. Mas a realidade é que o Fisco estadual, na prática e em comparação ao Fisco federal, se posiciona como obstáculo à reestruturação, em vez de parceiro institucional.

A ausência de diretrizes mínimas nacionais para os regimes estaduais de transação tributária amplia a insegurança jurídica e desincentiva a utilização de mecanismos legítimos e eficientes de superação de crises empresariais.

Nesse contexto, a **reforma tributária** representa uma oportunidade singular para a criação de diretrizes nacionais que orientem os regimes de transação tributária em todos os entes federativos. A instituição do IBS e da CBS abre espaço para que o legislador estabeleça parâmetros mínimos de transação aplicáveis tanto à União quanto aos Estados e municípios. Trata-se de uma janela normativa para que o novo sistema tributário já nasça acompanhado de mecanismos uniformes de resolução consensual de litígios fiscais, assegurando que empresas em recuperação judicial ou extrajudicial recebam

tratamento coerente independentemente do ente credor. Desperdiçar essa oportunidade significaria perpetuar, sob uma nova roupagem tributária, as mesmas assimetrias que hoje comprometem a efetividade da transação como instrumento de política fiscal e de preservação da atividade empresarial.

Se o sistema tributário brasileiro já é complexo, permitir regras díspares para regular um mesmo instituto jurídico só agrava a imprevisibilidade e fragiliza o ambiente negocial.

A transação tributária é uma aliada poderosa da recuperação de empresas. No plano federal, a norma já reconhece essa premissa. Cabe aos Estados acompanharem essa evolução mediante o emprego de diretrizes mínimas que assegurem tratamento isonômico, previsível e eficaz a empresas em recuperação extrajudicial.

Do contrário, estaremos diante de um paradoxo: o instrumento criado para facilitar a regularização fiscal e fomentar a preservação da empresa se converterá em mais um entrave à sobrevivência daquelas que mais dela precisam.

Lucas Coutinho, Tormena mestrando é sócio em do Direito Lavez

Tributário pela FGV-SP e especialista em Direito Tributário pela mesma instituição Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Governo insiste em elevar arrecadação em 2027

O esforço de aumento da arrecadação do governo federal se manterá a partir de 2027, caso o presidente Lula seja reeleito. O foco deve ser na diminuição de renúncias de **impostos**, os chamados "gastos tributários", e no aumento da progressividade do sistema, ou seja, cobrar mais imposto dos mais ricos. É o que indicam as entrelinhas do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027.

"No intuito de conter a evolução do endividamento público em relação ao **PIB**, o governo continuará adotando ações voltadas à recomposição das receitas, reduzindo ou eliminando incentivos fiscais que não geram resultados econômicos e sociais esperados e buscando maior progressividade tributária", diz o texto apresentado há duas semanas.

O projeto chamou a atenção de analistas porque, nos últimos anos, o governo conseguiu elevar substancialmente o patamar da arrecadação líquida (após transferências a estados e municípios), atingindo R\$ 2,57 trilhões em 2025. Esse montante corresponde a 18,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**) - entre 2014 e 2023, oscilou, em média, em cerca de 17,5% do **PIB**. A projeção da LDO tanto para este ano como para 2027 é ficar em 18,9%, dentro do plano informal que a equipe econômica tinha no início do atual mandato de Lula: trazer para os níveis na primeira década deste século. A partir de 2028, a previsão é superar 19%.

TEMA POLITIZADO

O esforço arrecadatório do terceiro governo Lula rendeu ao ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad a alcunha de "Taxad". De um incômodo inicial com o apelido, a equipe econômica assumiu o discurso de que estava arrecadando entre os mais ricos que pagam menos **impostos** com medidas como taxa de fundose exclusivos e no exterior (offshore).

A questão tributária é um dos pontos de polarização do debate político, o que deve se acirrar na campanha eleitoral com Lula disputando a reeleição e Haddad, o governo de São Paulo. Enquanto o campo da direita fala em corte de despesas para viabilizar a redução de **impostos**, o governo petista quer manter a estratégia gradualista, na qual tenta estabelecer algum controle no ritmo de crescimento de gastos (para destinar

recursos a políticas sociais) e ampliar a arrecadação, a fim de chegar ao saldo positivo entre receitas e despesas (o superávit primário).

A LDO não detalha como serão os próximos passos do esforço de arrecadação, mas reforça qual será o foco. Cita estudos recentes que mostram "de forma contundente" que o sistema tributário brasileiro é regressivo (contrário à distribuição de renda) e que parcela relevante dos benefícios fiscais se concentra no topo, favorecendo desproporcionalmente os estratos de mais alta renda. "Reduzir gastos tributários ineficazes não é apenas uma escolha de racionalidade fiscal e eficiência econômica, mas também uma medida de equidade, que libera espaço orçamentário sem onerar a base da pirâmide", diz o texto.

A **Reforma Tributária** é uma das fontes de incerteza sobre o comportamento da arrecadação no ano que vem. PIS, Cofins e IPI serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), mas ainda não se sabe qual será a alíquota, nem como o sistema econômico lidará com a mudança. Para Alexandre Manoel, sócio da Global Intelligence and Analytics e ex-secretário do Ministério da Fazenda, "parece bastante plausível" uma redução de gastos tributários da ordem de 1% do **PIB**:

- Honestamente, isso já é muito relevante. Se esse ajuste vier combinado com algum sinal minimamente consistente pelo lado da despesa, sobretudo evitando novas pressões de gasto, dá para vislumbrar um ajuste fiscal na casa de 2% do **PIB** já no próximo ano.

O projeto da LDO prevê um ajuste fiscal mais modesto, com superávit primário de apenas R\$ 8 bilhões, após um déficit de quase R\$ 60 bilhões projetado para 2026. Ou seja, uma melhora da ordem de 0,5% do **PIB** nas contas.

"LOBBIES" SÃO OBSTÁCULOS

Igor Rocha, sócio da consultoria Macromática e pesquisador sênior do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), avalia que, embora ainda haja espaço econômico e fiscal para ampliar a arrecadação, há dúvidas sobre as condições políticas. Lembra que os lobbies setoriais têm mostrado muita força, como ficou claro nas diversas exceções

inseridas na **Reforma Tributária**. Rocha avalia que isso tende a se repetir nas tentativas de redução de benefícios fiscais. Para ele, este debate precisa ser revisto:

- Ele deveria ser colocado muito mais num contexto de melhora da eficiência da economia do que de aumento da arrecadação. Reduzir a distorção de privilégios tributários, a disparidade tributária e de rendas é uma política melhor para a eficiência da economia - ressaltou Rocha, destacando que a distribuição da carga tributária no país sobrecarrega setores como a indústria e reduz a competitividade.

Para Adriano Subirá, presidente do Comitê Tributário Brasileiro e ex-auditor da **Receita Federal**, o reforço na arrecadação deveria passar por enfrentar a sonegação:

- Perseguir o aumento de receitas mantendo a desvalorização histórica da **Receita Federal**, sem enfrentar o descontrole estrutural nos gastos, é totalmente ineficiente do ponto de vista financeiro e perverso do ponto de vista econômico, pois apenas aprofundará as desigualdades.

A LDO também aponta o controle das despesas como parte da estratégia fiscal para entregar superávit primário a partir de 2027. O documento aponta um cenário de crescimento real de 1% no gasto total no ano que vem, o que marcaria uma mudança relevante e m c o m p a r a ç ã o à m é d i a d e 5%acimadainflaçãoquevigora no atual mandato de Lula.

Brasil registra recorde de acidentes e mortes no trabalho em 2025; caminhoneiros lideram óbitos

Por Rayane Moura, g1 - São Paulo

O Brasil registrou recorde de acidentes e mortes no trabalho em 2025, com 806 mil casos e 3.644 óbitos. Em dez anos, foram 6,4 milhões de ocorrências e 27 mil mortes.

Após a pandemia, os dados mostram que o aumento do emprego formal não foi acompanhado por melhorias na segurança.

Saúde lidera acidentes; transporte rodoviário concentra mortes, com destaque para motoristas de caminhão.

Sul e Sudeste concentram casos, mas Norte e Nordeste têm maior letalidade, indicando acidentes mais graves.

O Brasil registrou, em 2025, o maior número de acidentes e mortes no trabalho. Foram 806.011 acidentes e 3.644 óbitos no ano, segundo estudo da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Entre 2016 e 2025, o país acumulou 6,4 milhões de acidentes e 27.486 mortes, além de mais de 106 milhões de dias de trabalho perdidos por afastamentos temporários e cerca de 249 milhões de dias debitados, indicador que mede o impacto permanente de lesões graves e óbitos na vida dos trabalhadores.

O levantamento foi elaborado com base nas Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT) registradas no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e no eSocial, que reúnem dados oficiais sobre acidentes e doenças relacionadas ao trabalho no país.

A base considera apenas trabalhadores com vínculo formal, ou seja, com carteira assinada.

Após a queda observada em 2020, em meio à retração econômica provocada pela pandemia de Covid-19, os acidentes voltaram a crescer de forma contínua. Entre 2020 e 2025, houve aumento de 65,8% nos registros de acidentes e de 60,8% nas mortes. (veja comparativo abaixo)

Embora a taxa de incidência - que relaciona o número de acidentes ao total de trabalhadores formais - tenha recuado ao longo da década, o avanço no número absoluto de casos indica que a expansão do emprego formal não foi acompanhada por melhorias equivalentes nas condições de segurança.

Para o auditor-fiscal do trabalho e diretor de Segurança e Saúde no Trabalho da SIT, Alexandre Scarpelli, os dados reforçam a urgência de ampliar a proteção aos trabalhadores.

Em números absolutos, São Paulo concentra o maior volume de acidentes e mortes, reflexo do tamanho da economia. Ao todo, em 10 anos, são 2.219.859 acidentes (34,4% do total nacional) e 6.517 óbitos (23,7%).

Os estados do Sul e Sudeste - São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro - concentram 68% dos acidentes e 62% das mortes, padrão associado ao peso industrial e do setor de serviços formais nessas regiões.

Por outro lado, estados como Tocantins, Mato Grosso e Maranhão apresentam as maiores taxas de letalidade, indicando maior gravidade dos acidentes.

Mato Grosso se destaca como um caso de "duplo alerta", ao combinar alta incidência e elevada mortalidade. O estado está entre os três primeiros tanto na taxa de acidentes quanto na de letalidade, reunindo o maior risco ocupacional do país.

Com 1.257 óbitos e taxa de letalidade de 9,24, cerca de 1 em cada 100 acidentes resulta em morte - o dobro da média nacional. O perfil econômico, fortemente baseado no agronegócio, no transporte de cargas e na construção de infraestrutura, ajuda a explicar o risco elevado.

Já nas regiões Norte e Nordeste, há o que o estudo chama de "letalidade oculta": apesar do menor volume de acidentes, estados como Tocantins, Maranhão, Pará, Rondônia e Piauí registram algumas das maiores taxas de mortes, indicando que os acidentes

nessas regiões tendem a ser mais graves.

A análise por atividade econômica revela um retrato desigual dos riscos ocupacionais no país. O setor de saúde, especialmente o atendimento hospitalar, lidera em número absoluto com mais de 500 mil acidentes, reflexo da alta concentração de trabalhadores e da sobrecarga das equipes, sobretudo no período pós-pandemia.

Quando o recorte é feito por ocupação, o quadro se torna ainda mais grave: enquanto os técnicos de enfermagem são os trabalhadores que mais sofrem acidentes, os motoristas de caminhão lideram as mortes, com 4.249 óbitos em 10 anos - mais de uma morte por dia, em média.

A construção civil também figura entre os setores mais perigosos, combinando alto número de acidentes com elevada mortalidade, especialmente em atividades como obras de edifícios, terraplenagem e montagem industrial.

Nesse último caso, o risco é extremo: em obras de montagem industrial, a taxa de incidência chega a 80 mil acidentes por 100 mil trabalhadores, indicando exposição contínua ao perigo.

O estudo também aponta transformações importantes no perfil dos acidentes de trabalho. Os acidentes típicos, ocorridos durante a execução da atividade profissional, representam cerca de 65% do total, mas os acidentes de trajeto ganharam peso ao longo dos anos.

As doenças ocupacionais tiveram um pico atípico em 2020, impulsionadas pelos casos de Covid-19 reconhecidos como relacionados ao trabalho, especialmente entre profissionais da saúde.

Outro destaque é o crescimento da participação feminina. As mulheres passaram a representar 34,2% dos acidentes registrados, com aumento de 48% ao longo da década, especialmente em setores como saúde, serviços e administração pública.

Apesar da recuperação econômica e da formalização do emprego, o cenário indica que o crescimento sem investimento em segurança cobra um preço elevado: milhares de vidas interrompidas e milhões de trabalhadores afastados todos os anos.

Site: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2026/04/28/brasil-registra-recorde-de-acidentes-e-mortes-no-trabalho-em-2025-caminhoneiros-lideram-obitos.ghtml>

Brasil registra recorde de afastamentos por saúde mental, e norma passa a exigir cuidado obrigatório nas empresas

Redação Perfil Brasil / Perfil Brasil

O Brasil registrou, em 2025, um recorde histórico de afastamentos por saúde mental, com mais de 546 mil casos. Entre 2021 e 2024, os afastamentos especificamente por burnout - já reconhecido como fenômeno ocupacional pela Organização Mundial da Saúde - cresceram 493%, segundo dados do **INSS** e do Ministério da **Previdência Social** (jan/2026).

Neste ano, a data de 28 de abril ganha um peso ainda maior: pela primeira vez na história do país, a atualização da NR-1 passa a incluir oficialmente os fatores psicossociais no ambiente de trabalho - tornando a saúde mental uma responsabilidade formal das empresas.

O impacto da negligência nessa área já é mensurável: estima-se uma perda anual de R\$ 282 bilhões no Brasil, equivalente a 2,8% do **PIB** potencial, além da redução de 801 mil postos de trabalho e uma média de 51 dias de vida saudável perdidos por trabalhador ao ano, segundo levantamento da FIEMG (2026).

Esse cenário se reflete em custos diretos para as empresas - como absenteísmo, presenteísmo, alta rotatividade e aumento da judicialização - e evidencia que a saúde mental deixou de ser apenas uma questão individual para se tornar um problema estratégico e econômico.

O Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho (28 de abril) acende, portanto, um alerta ainda mais urgente para o aumento dos casos de adoecimento mental.

De acordo com o médico psiquiatra Dr. Daniel Sócrates, doutor pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e com formação executiva pelo INSPER e FGV, com mais de 20 anos de experiência clínica, os casos de burnout, ansiedade e esgotamento emocional, muitas vezes são silenciosos e negligenciados no dia a dia. O problema não começa de forma abrupta - ele se instala aos poucos, mascarado por uma rotina que valoriza produtividade constante e alta performance. Hoje vemos pessoas funcionando no limite por longos períodos, sem

perceber que já estão em sofrimento psíquico. O corpo e a mente dão sinais, mas eles são frequentemente ignorados ou normalizados, explica.

O esgotamento mental raramente aparece de uma vez. Antes do colapso, existem sinais importantes que indicam que algo não vai bem:

Cansaço constante, mesmo após descanso

Dificuldade de concentração e lapsos de memória

Irritabilidade e impaciência frequente

Sensação de sobrecarga emocional

Insônia ou sono não reparador

Queda de produtividade

Falta de motivação para tarefas simples Esses sintomas são frequentemente confundidos com fase difícil ou pressão do trabalho, mas quando se tornam persistentes, já indicam um processo de adoecimento, alerta o psiquiatra.

Um dos fenômenos mais preocupantes no ambiente corporativo atual é o do profissional que segue operando e entregando, mesmo já em sofrimento psíquico. À primeira vista, é alguém produtivo; na prática, é um quadro de adoecimento silencioso. Hoje, um dos maiores riscos não é quem já se afastou - é quem continua funcionando no limite. Segundo o especialista, o profissional exausto passa a decidir pior, reagir mais e escutar menos - e isso impacta diretamente a qualidade da liderança e das relações no trabalho. Esse padrão mascara o problema e amplia seus efeitos dentro das empresas.

Mais do que o volume de tarefas, o que tem levado ao adoecimento é a carga emocional constante envolvida no trabalho - pressão, conflitos, decisões difíceis e a necessidade de manter controle o tempo todo. Esse tipo de desgaste raramente aparece nos indicadores formais, mas tem impacto direto na saúde mental. O que mais adoecer hoje não é o excesso de trabalho - é o excesso de tensão emocional que ninguém mede.

Para o psiquiatra, há um tipo de esforço que não entra na meta, não aparece no currículo - mas cobra um preço alto na saúde mental de quem sustenta isso todos os dias.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil-registra-recorde-de-afastamentos-por-saude-mental-e-norma-passa-a-exigir-cuidado-obrigatorio-nas-empresas,a5ddb9f044ab787bfe18703a18b1c5et8m9yw3g.html>

Penduricalhos da Fazenda-SP, em um mês, custaram R\$ 111 milhões

FELIPE DE PAULA FAUSTO MACEDO

Audidores fiscais da Fazenda estadual de São Paulo registraram em março os maiores salários do funcionalismo paulista, entre ativos e inativos, com contracheques líquidos de até R\$ 513 mil. Os valores superam o teto estadual, fixado, por lei, em R\$ 36,3 mil, e não são casos isolados. No mês, um bloco de 64% da categoria ultrapassou o limite de remuneração, o equivalente a quase dois em cada três fiscais, impulsionado por três penduricalhos diferentes.

Ao Estadão, a Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento disse que "os valores apontados pela reportagem no mês de março decorrem de verbas excepcionais e não permanentes, plenamente amparadas pela legislação vigente" (mais informações nesta página).

A Secretaria da Fazenda vive um momento turbulento, em meio a uma ofensiva do Ministério Público contra alguns fiscais suspeitos de operar um esquema de "fura-fila" do ICMS.

As operações Ícaro, Mágico de Oz e Fisco Paralelo, conduzidas pela Promotoria paulista, já levaram ao afastamento de 20 auditores - por determinação do secretário do Fisco Samuel Kinoshita - e atingem grandes empresas do varejo e do atacado (mais informações nesta página).

VANTAGENS. Entre todos os **servidores públicos** ativos do Estado, um auditor fiscal recebeu a maior remuneração líquida, com R\$ 390.420,48, valor cerca de 11 vezes acima do teto e equivalente a 216 salários mínimos paulistas. O segundo maior holerite também é de um auditor fiscal, que recebeu R\$ 371.231,82 já livre de descontos.

Nos dois casos, os valores foram impulsionados por três rubricas. As vantagens eventuais são pagamentos pontuais, ligados a situações específicas e não permanentes - mas, na prática, lançadas ao longo dos meses na folha salarial.

A licença-prêmio indenizada é o pagamento em dinheiro por períodos de descanso não usufruídos ao longo da carreira.

Já o abono de permanência é um valor pago ao

servidor que já pode se aposentar, mas segue na ativa.

Considerando os valores brutos, somados, os três penduricalhos dos auditores custaram R\$ 111,5 milhões ao Tesouro de São Paulo.

Segundo a Fazenda, "todas essas parcelas possuem natureza jurídica indenizatória ou eventual, portanto, não se incorporam aos vencimentos e não configuram aumento remuneratório contínuo".

Na aposentadoria, os fiscais também concentram os maiores valores pagos. Um dos auditores recebeu R\$ 513.273,40, com mais de 90% do total formado pela licença-prêmio, que somou R\$ 490.070,65.

Em valores líquidos, os 2.418 auditores que constam na folha de pagamento da Fazenda em março custaram cerca de R\$ 100 milhões ao Estado. A média salarial é de R\$ 41 mil, cerca de 14% acima do teto.

STF. Embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha decidido extinguir 15 penduricalhos, manter oito verbas indenizatórias e fixar que essas parcelas não podem ultrapassar 35% do subsídio, o alcance da medida ficou restrito à magistratura e ao Ministério Público. As demais carreiras seguem legislações próprias, o que impede a aplicação automática da decisão até eventual regulamentação pelo Congresso.

Ontem, associações de juízes e membros do Ministério Público encaminharam ao Supremo pedido para prorrogar a aplicação das novas regras que restringem penduricalhos (mais informações nesta página).

Em São Paulo, o teto do funcionalismo para todas as carreiras, com exceção dos procuradores do Estado, corresponde ao subsídio do governador, fixado em R\$ 36.301,53, que funciona como limite constitucional para os demais servidores. |

Secretaria afirma que valores pagos estão amparados por lei

Em resposta às indagações do Estadão, a Secretaria da Fazenda afirmou que os valores citados do mês de março "decorrem de verbas excepcionais e não permanentes, plenamente amparadas pela legislação

vigente". A pasta citou o pagamento de abono de permanência, previsto na Lei Complementar n.º 1.354/2020 e destinado aos servidores que já cumpriram os requisitos para aposentadoria, mas optam por permanecer em atividade.

Em casos de solicitação tardia, justificou a secretaria, o pagamento contempla os valores retroativos desde a aquisição do direito ao benefício, "o que pode resultar em um montante acumulado em um único mês, sem que isso represente aumento permanente da remuneração".

Os valores também são definidos por parcelas indenizatórias eventuais. Um dos exemplos é a conversão de licença-prêmio em dinheiro (Lei Complementar 1.080/2008), outro é a antecipação do 13.º salário por ocasião das férias (Decreto n.º 70.310/2025 e Lei Complementar 644/1989) e ainda o pagamento integral de férias no primeiro período de gozo (artigo 177-A da Lei n.º 10.261/1968).

"Todas essas parcelas possuem natureza jurídica indenizatória ou eventual, portanto, não se incorporam aos vencimentos e não configuram aumento remuneratório contínuo. Por essa razão, não se submetem ao limite do teto constitucional", disse a Fazenda. I F.P. e F.M.

Para lembrar

Fiscais viraram alvo de investigação do MP

I Operação "fura-fila" O esquema operou durante vários anos na Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo, pelo menos desde 2002. O mentor, segundo a Promotoria, é o auditor fiscal Artur Gomes da Silva Neto I Como operava Em troca de propina graúda - pelo menos R\$ 1 bilhão ele teria amealhado, indica a investigação do Ministério Público estadual -, o auditor favorecia grandes companhias, entre varejistas, atacadistas e indústrias, que estavam na fila da restituição de ICMS-ST (Substituição Tributária) I Delação O auditor confessou ter criado a logística e a rotina do "fura- fila". Ele deu início a um acordo de delação premiada, que não prosperou. As companhias se valiam de atalhos desenhados por ele para receber antecipadamente créditos tributários

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Remessas internacionais na reforma tributária: o desafio da regulamentação

A **reforma tributária** brasileira inaugura uma nova etapa na organização do sistema de **impostos** sobre o consumo. A criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) representa uma mudança estrutural relevante, com potencial de simplificação e maior racionalidade econômica. Nesse contexto, um dos pontos que mobilizou o debate recente foi o tratamento das remessas internacionais no novo modelo tributário.

Durante a tramitação do PLP 108/2024, alterações incorporadas ao texto trouxeram um elemento importante de estabilidade ao confirmar a manutenção do Regime de Tributação Simplificada (RTS). Trata-se de um mecanismo historicamente utilizado para o tratamento tributário de remessas internacionais, cuja lógica operacional foi construída ao longo de décadas de prática administrativa e cooperação entre setor privado e autoridades aduaneiras.

A preservação do RTS sinaliza o reconhecimento de que as remessas internacionais possuem características próprias dentro do comércio exterior. Diferentemente de grandes operações de importação, esse fluxo envolve volumes elevados de envios individuais, processos logísticos altamente integrados e a necessidade de tratamento aduaneiro ágil, compatível com cadeias produtivas que dependem de rapidez e previsibilidade. Nesse contexto, eficiência e celeridade tornam-se elementos centrais desse modelo logístico, viabilizados por alto nível de tecnologia, integração de sistemas e padrões rigorosos de conformidade, que diferenciam a remessa expressa de outras modalidades de transporte internacional.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Nesse sentido, a remessa expressa desempenha papel relevante no funcionamento de diversos segmentos produtivos. Empresas de tecnologia, automobilística, saúde, pesquisa e desenvolvimento, entre outras, utilizam esse canal logístico para acessar peças, componentes, amostras e equipamentos de forma rápida e rastreável. A eficiência desse sistema depende não apenas da infraestrutura logística, mas também da capacidade de processar informações,

integrar etapas e cumprir exigências regulatórias com rapidez e precisão.

Com a definição legislativa de manutenção do RTS, o debate passa agora a uma etapa igualmente importante: a regulamentação infralegal que permitirá a operacionalização do novo modelo tributário no ambiente das remessas internacionais.

Entre os temas que naturalmente demandarão aprofundamento técnico estão, por exemplo, a forma de incidência do IBS e da CBS sobre operações realizadas no âmbito do RTS, a definição de responsabilidades tributárias ao longo da cadeia logística e a integração entre sistemas de controle e recolhimento. Também fazem parte dessa discussão aspectos operacionais relacionados ao transporte internacional e às etapas finais da entrega das mercadorias no território nacional, definições fundamentais para garantir que o novo sistema preserve dois princípios essenciais para o funcionamento eficiente do comércio exterior: segurança jurídica e previsibilidade operacional.

A experiência brasileira demonstra que modelos regulatórios construídos a partir do diálogo técnico entre autoridades públicas e setor produtivo tendem a gerar soluções mais eficientes e duradouras. Ao longo dos últimos anos, iniciativas voltadas à modernização **aduaneira** e ao fortalecimento da gestão de risco **contribuíram** para tornar os fluxos internacionais mais transparentes, rastreáveis e seguros.

Nesse ambiente, empresas que atuam no transporte expresso internacional têm buscado operar com elevados padrões de conformidade, investindo continuamente em tecnologia, integração de sistemas e processos de controle. Essa abordagem contribui para fortalecer a confiabilidade das operações e para apoiar os esforços do Estado na fiscalização eficiente do comércio exterior.

A implementação da **reforma tributária** representa uma oportunidade relevante para consolidar esses avanços e aperfeiçoar o ambiente regulatório. Uma regulamentação que preserve a lógica operacional do RTS, ao mesmo tempo em que integra de forma clara os novos **tributos** ao sistema existente, pode contribuir para garantir continuidade, eficiência e segurança jurídica, preservando características

essenciais da remessa expressa, como a rapidez operacional, a integração tecnológica e os elevados padrões de conformidade.

Mais do que uma questão setorial, trata-se de assegurar que um instrumento importante para a dinâmica do comércio internacional continue funcionando de maneira previsível e alinhada às necessidades da economia contemporânea. A construção desse caminho passa, inevitavelmente, pelo diálogo institucional e pela colaboração técnica entre poder público, especialistas e operadores do sistema, contribuindo para uma implementação bem-sucedida da **reforma tributária** brasileira.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2026/04/remessas-internacionais-na-reforma-tributaria-o-desafio-da-regulamentacao.shtml>

Setor aéreo brasileiro prevê alta superior a 20% nas passagens com reforma tributária (aviação)

Márcia Magalhães

Paulo Ricardo Martins

Representantes das companhias aéreas brasileiras estimam que as mudanças previstas na **reforma tributária** farão o preço das passagens domésticas e internacionais aumentar, além de reduzir a demanda no setor.

Segundo previsão da IATA (Associação Internacional do Transporte Aéreo), o valor médio da passagem aérea para voos domésticos no Brasil daria um salto de 23% e chegaria a US\$ 160 (quase R\$ 800 na cotação atual). Para os bilhetes internacionais, a alta seria ainda maior, de 26,3%, alcançando a média de US\$ 935 (cerca de R\$ 4.660).

A entidade também prevê diminuição de 30% na demanda do setor aéreo brasileiro com os efeitos da reforma.

O CEO da Latam, Jerome Cadier, também prevê aumento superior a 20% nas passagens. O executivo diz que a reforma irá triplicar os **tributos** pagos na venda dos bilhetes e elevar de forma relevante a carga sobre o setor.

"Todas as modalidades de aviação vão sofrer um aumento significativo de imposto, que obviamente vai ser repassado no preço. Com essa reforma, a aviação brasileira vai decrescer, infelizmente", afirmou à Folha .

Procuradas pela reportagem, Azul e Gol disseram que se pronunciariam por meio da Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas).

A Abear, por sua vez, disse à Folha que não iria comentar o tema.

A tributação de passagens internacionais é um dos pontos que mais têm gerado debate, já que, hoje, esses bilhetes são isentos de **tributos**. Com a reforma, serão tributados parcialmente.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O Ministério da Fazenda disse em nota que a composição tarifária envolve diversos fatores, incluindo custos operacionais e tributação.

"A reforma desonerará, por exemplo, os **tributos** sobre o abastecimento dos voos internacionais e sobre o catering (alimentação dentro do voo). As empresas aéreas receberão crédito integral de todo o IBS [Imposto sobre Bens e Serviços] e CBS [Contribuição sobre Bens e Serviços] pago em suas compras. Tais desonerações e créditos devem ser considerados no cálculo da tributação geral do setor aéreo, não sendo possível inferir impacto somente com o recorte de uma parte da operação", disse.

A avaliação de Cadier é de que a cobrança de **tributos** tende a reduzir a demanda por viagens e, por consequência, a oferta de voos no país, especialmente em rotas menos rentáveis.

A **reforma tributária** vai substituir **tributos** hoje cobrados sobre o consumo. A CBS, de âmbito federal, irá substituir PIS e Cofins. Já o IBS, de estados e municípios, substituirá ICMS e ISS. A implementação será gradual: a CBS começa a ser cobrada em 2027, enquanto o IBS será introduzido aos poucos a partir de 2029, com transição completa até 2033.

A alíquota final do novo sistema será a soma da CBS (federal) e do IBS (estadual e municipal). Pela lei complementar 214, que regulamenta a reforma, essa carga combinada tem como teto 26,5%.

No caso da aviação, o desenho aprovado estabelece três tratamentos principais: tributação padrão para voos domésticos, alíquota reduzida -equivalente a 60% da padrão- para a aviação regional e incidência sobre apenas uma das pernas em voos internacionais: a passagem que partir do Brasil para o exterior.

Com a reforma, o transporte aéreo de passageiros passará a ser tributado pelo novo modelo, mas, em

contrapartida, as empresas poderão recuperar créditos de IBS e CBS sobre suas aquisições.

Cardier diz que a medida não é suficiente para compensar a cobrança dos **tributos**.

"É falso o argumento que existe como compensar o imposto pago com créditos. Esses créditos são absolutamente insuficientes para o tamanho do aumento do imposto. Só a pessoa jurídica ou clientes corporativos vão compensar parcialmente o aumento. A pessoa física que está comprando a passagem vai pagar integralmente o aumento do imposto", diz.

Tathiane Piscitelli, advogada e professora de direito da FGV (Fundação Getúlio Vargas), diz que o aumento de carga tributária no setor de serviços já estava declarado no debate da **reforma tributária**, mas que, para que se afirme que **haverá** aumento efetivo no preço das passagens aéreas, é preciso uma análise econômica mais profunda.

"Se a gente olha só para a alíquota nominal e diz 'ah, então agora vai ser 26,5% e isso vai reverberar aumento', não é uma afirmação errada, mas talvez seja incompleta no sentido de que é preciso olhar a cadeia como um todo para verificar qual vai ser a alíquota efetiva", diz.

Bernard Appy, ex-secretário extraordinário da **reforma tributária**, também ressalta que a análise de impacto da tributação no preço das passagens deve considerar toda a estrutura de custos das companhias aéreas, já que, segundo ele, a ampliação dos créditos pode compensar, ao menos parcialmente, o aumento da tributação na ponta, o que impede uma relação direta entre carga tributária e preço final.

O governo afirmou que houve uma opção política pela priorização da aviação regional por meio de sua inclusão em um regime específico. No que se refere aos voos internacionais, porém, **haverá** cobrança sobre a etapa da viagem que sai do Brasil. Assim, em uma passagem de ida e volta ao exterior, a incidência recairá sobre o trecho iniciado no país.

Neste mês, entidades e empresas aéreas discutiram o tema e mostraram preocupação com o rumo do setor no país em eventos de aviação promovidos no Brasil e no Chile.

A **reforma tributária** foi tema de um dos painéis do Fórum Brasileiro de Aviação, organizado pela Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) e pela Latam.

Daniel Longo, secretário nacional de Aviação Civil, disse que há preocupação com o possível aumento de custos, já que a aviação é um setor que opera com

margens apertadas. "Se a gente agrega a um cenário historicamente bastante desafiador uma carga tributária, que já não é pequena, ainda maior, isso tende a reduzir o tamanho da indústria", afirmou.

Longo disse ainda que o governo trabalha na regulamentação da aviação regional e que uma das alternativas em discussão é um mecanismo de subsídio cruzado dentro das próprias companhias, em que rotas mais rentáveis ajudariam a sustentar ligações regionais menos atrativas comercialmente.

Pelo desenho em estudo, empresas com malha predominantemente regional poderiam ter redução de 40% em toda a malha - não só em voos regionais. Já companhias com operação majoritariamente não regional ficariam sujeitas à alíquota cheia.

O economista José Roberto Afonso, por sua vez, criticou o argumento de que a tributação sobre aviação atingiria principalmente os mais ricos. Segundo ele, passageiros corporativos poderão aproveitar créditos, enquanto consumidores pessoas físicas tendem a suportar o aumento no preço final.

"Em toda essa discussão da tributação doméstica e internacional, os mais prejudicados são as regiões menos desenvolvidas do país e os poucos viajantes mais pobres", disse.

No novo modelo, quando uma empresa brasileira adquirir passagem aérea, seja o voo nacional ou internacional, ela recuperará integralmente o crédito do IBS e da CBS, o que não acontece hoje. Segundo Appy, "haverá, portanto, uma redução de custos na aquisição de passagens por pessoas jurídicas".

O repórter viajou a convite da Latam

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Setor aéreo brasileiro prevê alta superior a 20% nas passagens com **reforma tributária** (aviação)

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/04/setor-aereo-brasileiro-preve-alta-superior-a-20-nas-passagens-com-reforma-tributaria.shtml>

Reforma tributária deve redefinir margens, preços e competitividade dos supermercados

A **reforma tributária** surge como uma das mudanças mais relevantes para o ambiente de negócios brasileiro nas últimas décadas. Embora o foco inicial esteja na simplificação do sistema de **impostos**, o impacto prático para o varejo supermercadista vai muito além da esfera fiscal.

Na minha visão, estamos diante de uma transformação estrutural que afetará precificação, gestão financeira, logística, rentabilidade e a relação com o consumidor .

A substituição gradual de **tributos** como PIS, Cofins, ICMS e ISS pelo IVA dual, composto pela CBS, em nível federal, e pelo IBS, de estados e municípios, altera a dinâmica operacional de um setor essencial para a economia.

Segundo a Abras, os supermercados movimentam centenas de bilhões de reais por ano, abastecem milhões de lares e têm papel central na geração de empregos e na circulação de renda em todo o país.

Créditos tributários

Uma das mudanças mais positivas é a não cumulatividade plena, que amplia o aproveitamento de créditos tributários ao longo da cadeia.

Na prática, isso reduz ineficiências históricas e tende a trazer mais racionalidade ao sistema. Porém, para capturar esse ganho, será indispensável ter processos integrados, dados confiáveis e controle detalhado das operações financeiras e comerciais. Sem visibilidade sobre cada etapa da jornada de venda, parte desse benefício pode se perder.

Outro ponto que considero decisivo é a tributação no destino. Com o imposto sendo recolhido no local de consumo, redes supermercadistas precisarão revisar estratégias regionais, modelos logísticos e políticas comerciais por praça.

Também veremos impactos diretos no mix de produtos. Itens da cesta básica, alimentos in natura e categorias essenciais tendem a receber tratamento diferenciado, enquanto bebidas alcoólicas, refrigerantes, açucarados e produtos supérfluos podem enfrentar carga maior.

Esse movimento pode estimular a migração para itens mais acessíveis, acelerar marcas próprias e ampliar a busca por promoções. Para o varejo, isso significa acompanhar margens por categoria com muito mais frequência e profundidade.

Esse ponto merece atenção porque supermercados operam, historicamente, com rentabilidade apertada. Pequenas oscilações de custo ou tributação têm efeito imediato no resultado final.

Inteligência de negócio

Na prática, a preparação passa por frentes claras: revisão do portfólio, reestruturação de pricing, modernização tecnológica, gestão tributária automatizada, fortalecimento de marcas próprias e comunicação transparente com o consumidor. Empresas que transformarem dados transacionais em inteligência de negócio terão vantagem relevante nesse processo.

No longo prazo, a reforma pode entregar um ambiente mais previsível e equilibrado. No curto prazo, porém, vencerá quem conseguir traduzir complexidade em estratégia.

No setor supermercadista, em que cada centavo influencia a decisão de compra, informação rápida e gestão precisa deixarão de ser diferencial para se tornar requisito básico.

*Daniel Los Angeles é executivo de novos negócios e parcerias

Site: <https://noticias.r7.com/prisma/espaco-prisma/reforma-tributaria-deve-redefinir-margens-precos-e-competitividade-dos-supermercados-28042026/>

A tragédia de erros de Trump (Artigo)

Joseph Stiglitz (Tradução de Marina Della Valle)

É verdade, como disse certa vez Alexander Pope, que errar é humano. Mas, embora todos sejam falíveis, alguns humanos são mais propensos ao erro do que outros. Essa é uma justificativa para a democracia - submeter decisões que afetam um grande número de pessoas a processos deliberativos que incluam freios e contrapesos. A história dos regimes políticos autoritários e absolutistas está repleta de figuras cujos erros se mostraram calamitosos não apenas para si mesmas, mas também para as sociedades que governaram.

Nenhuma decisão é mais importante do que travar uma guerra contra outro país. Ainda assim, os Estados Unidos fizeram isso sem sequer um aceno ao seu próprio sistema de freios e contrapesos e de deliberação fundamentada. Como os reis de outrora, Donald Trump, o presidente americano mentiroso e impulsivo, permanece sem controle por parte do Legislativo e cercado por bajuladores que lhe dizem apenas o que ele quer ouvir. O resultado desastroso é evidente: os Estados Unidos estão mais uma vez envolvidos em uma guerra no Oriente Médio que já custou milhares de vidas - em sua maioria civis - e na qual quase certamente cometeram múltiplos crimes de guerra.

Ninguém sabe quanto tempo a guerra com o Irã vai durar, quantos outros crimes de guerra serão cometidos ou quantos inocentes ainda serão mortos. Mas os americanos aparentemente estão tão anestesiados às violações de direitos humanos e do Estado de Direito por parte de Trump, e tão sobrecarregados pelo fluxo constante de notícias, que mal conseguiram mobilizar qualquer protesto.

Mesmo em nossas universidades, normalmente centros de protesto e dissidência, o medo prevalece. Como ocorre em todos os regimes repressivos, a ameaça de consequências econômicas ou piores - perder o visto, enfrentar expulsão do país ou uma investigação criminal - está surtindo o efeito desejado.

Como economista, frequentemente me perguntam o que a guerra escolhida por Trump contra o Irã vai significar para as economias dos EUA e do mundo. A resposta curta é que, quanto mais tempo ela durar, maiores serão os danos. Mas, mesmo que a guerra termine rapidamente, os efeitos vão persistir. Afinal, cadeias de suprimentos críticas já foram interrompidas, e instalações de produção de petróleo e

gás, destruídas. A maioria das estimativas sugere que os reparos vão levar anos.

Além disso, não são só os suprimentos de petróleo e gás que foram ameaçados. Diferentemente dos embargos de petróleo da década de 1970, a produção de fertilizantes da qual dependem os sistemas alimentares globais também foi comprometida. Essa crise surge logo após outras grandes disrupções econômicas globais - desde a pandemia de covid-19 e a invasão da Ucrânia pela Rússia até a guerra tarifária global de Trump e a destruição do sistema de comércio internacional baseado em regras -, todas as quais contribuíram para o aumento da **inflação** e o agravamento da crise de acessibilidade.

Antes de Trump retornar à Casa Branca, a **inflação** estava em trajetória de queda, embora ainda acima da meta preferida de 2% dos bancos centrais. Mas as tarifas desaceleraram significativamente essa tendência, e a **inflação** voltou a disparar globalmente. Com muitos países, incluindo os EUA, já enfrentando uma crise de custo de vida que as políticas americanas agravaram, o risco agora é que BCs em todo o mundo elevem as taxas de juros ou, pelo menos, desacelerem o ritmo de cortes.

Isso irá agravar a crise de custo de vida - pois comprar uma casa ou quitar o cartão de crédito ficará mais difícil - e desacelerar uma economia americana já abalada pelo impacto das políticas erráticas de Trump em comércio, imigração e política fiscal. Não fosse o gasto desenfreado com centros de dados de Inteligência Artificial (IA) - responsável por cerca de um terço do crescimento dos Estados Unidos -, a economia americana estaria, na verdade, anêmica. E, com os cortes de **impostos** regressivos de Trump para bilionários e empresas agora em vigor, os Estados Unidos têm menos espaço fiscal para amortecer as disrupções que ele provocou e aquelas que a IA pode trazer - desde deslocamentos no mercado de trabalho até o colapso da bolha tecnológica.

A afirmação de Trump de que os EUA se beneficiarão como exportadores líquidos de petróleo é um absurdo. Sim, a Exxon se beneficiará, mas os consumidores americanos pagam preços definidos globalmente - e que aumentaram de modo substancial. Em tais condições, os EUA deveriam impor um imposto sobre lucros extraordinários. Mas isso não vai acontecer sob uma administração tão profundamente capturada pela indústria de combustíveis fósseis.

Os antigos aliados dos EUA na Europa também estão sendo atingidos pelo aumento dos preços de energia e pela escassez de oferta induzidos por Trump. Se os governos europeus vincularem os preços da eletricidade aos preços do gás (como fizeram no início da guerra na Ucrânia), poderão agravar ainda mais a situação. Mas, se a Europa adotar uma estratégia para restaurar sua soberania reduzindo suas dependências de tecnologia e de defesa dos EUA, poderá fortalecer sua posição tanto agora quanto no longo prazo.

Independentemente de quanto tempo a guerra e as atuais condições de estagflação durem, as consequências de longo prazo desse episódio serão profundas. Espera-se que o mundo reconheça que a "variabilidade" da energia solar e eólica é muito mais administrável do que a dependência de combustíveis fósseis - sujeitos aos caprichos de figuras autoritárias erráticas como Trump e o presidente russo Vladimir Putin. Se a guerra de Trump acelerar a transição verde globalmente, haverá ao menos um importante lado positivo.

De qualquer forma, mais um prego foi acrescentado ao caixão do mundo pacífico e sem fronteiras que nossos antecessores buscaram construir após a Segunda Guerra Mundial. Sob Trump, o país que lançou as bases desse mundo agora o desmantela. Entre a nova Guerra Fria com a China e a aparente falta de resiliência nas cadeias globais de suprimento, há pouco motivo para otimismo. E, com a democracia nos EUA em um estado tão enfraquecido, os erros humanos e suas consequências estão se acumulando rapidamente.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Vale deve ter aumento de 20% na o receita do 1 tri, dizem analistas

Kariny Leal

Com forte desempenho de produção e vendas no primeiro trimestre deste ano, a Vale deve aumentar os resultados financeiros do intervalo, segundo expectativas de analistas. A mineradora deve apresentar um aumento de 20% na receita do período em relação ao primeiro trimestre de 2025, para cerca de US\$ 9,8 bilhões, segundo cálculos do Valor com base em estimativas de quatro bancos. A Vale divulga os resultados na terça-feira (28), após o fechamento dos mercados.

O lucro líquido da Vale deve aumentar 50,3% no trimestre, para US\$ 2,1 bilhões. Já o lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado deve ser de US\$ 4,02 bilhões, aumento de 29,5%. Os bancos consultados foram: Itaú BBA, Citi, BTG Pactual e Ativa Investimentos.

A estimativa de receita mais alta é da Ativa, de US\$ 10,3 bilhões, e a mais baixa, do Itaú BBA, de US\$ 9,4 bilhões. No lucro, a maior projeção é do BTG, de US\$ 2,9 bilhões, e a menor é do Itaú BBA, de US\$ 1,2 bilhão. A maior estimativa de Ebitda vem do Itaú BBA, de US\$ 4,06 bilhões, e a menor, do BTG Pactual, de US\$ 3,9 bilhões.

Para a Ativa Investimentos, o desempenho acima do esperado, sobretudo em metais básicos, levou a ajustes positivos nas projeções de receita líquida, Ebitda e lucro líquido para o primeiro trimestre.

"Em cobre, produção e vendas vieram bem acima do que estimávamos, com destaque para a performance de Sossego, onde a companhia intensificou esforços para maximizar volumes antes de uma parada de manutenção de 110 dias

o no 2 semestre", escreveu o analista Ilan Arbetman em relatório.

"Esse desempenho, combinado a preços realizados mais altos, deve sustentar um resultado forte da divisão no trimestre. Em níquel, também vimos números acima das nossas expectativas, refletindo melhor desempenho em Voisey's Bay e Onça Puma, além de preços realizados superiores ao previsto."

A produção de minério de ferro da Vale no primeiro

trimestre foi de 69,675 milhões de toneladas, alta de 3% frente a igual período do ano passado. As vendas totais da commodity somaram 68,713 milhões de toneladas, 3,9% a mais que nos três primeiros meses do ano passado. O preço médio realizado nos fins de minério no primeiro trimestre foi de US\$ 95,8 por tonelada, alta de 5,5% ante os mesmos três meses de 2025.

O movimento foi impulsionado pelo novo recorde de produção para um primeiro trimestre do S11D, em Carajás, de 19,9 milhões de toneladas, resultado puxado pelas iniciativas contínuas de confiabilidade dos ativos e pelo maior uso de equipamentos móveis.

Para o Itaú BBA, os números de produção e vendas da Vale do primeiro trimestre ficaram em linha com as expectativas, mas levaram a ligeiro ajuste para cima das estimativas do Ebitda. "O trimestre foi novamente marcado por números de vendas resilientes e por uma melhoria na realização de preços, principalmente na divisão de metais básicos", afirmam os analistas em relatório.

O UBS BB destaca ainda o desempenho da subsidiária Vale Base Metals (VBM), com o aumento da produção do cobre e níquel.

O Goldman Sachs afirmou que os dados do relatório de produção da Vale continuaram mostrando a sólida execução da administração em todas as frentes de negócios. "O aumento do prêmio total realizado pela Vale, de US\$ 2,6 por tonelada em relação ao trimestre anterior, reflete o aumento do prêmio de mercado para produtos com baixo teor de alumina e a otimização contínua do portfólio da empresa", disse o banco em relatório.

Outro ponto levantado pelos analistas foi a divulgação pela Vale, no mesmo dia do relatório de produção, sobre a continuidade das negociações de concessões de ferrovias, que envolvem a Estrada de Ferro Carajás e a Estrada de Ferro Vitória a Minas. A conclusão da otimização dos contratos, quando aprovada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), deve dar maior previsibilidade e segurança jurídica, segundo a Vale, sobre os investimentos associados às duas concessões. Para o BTG Pactual, a manutenção das negociações é vista como um potencial redutor de gargalo regulatório para a Vale, mas ainda faltam

detalhes sobre implicações econômicas.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

IOF na previdência é tiro no pé (Artigo)

Otávio Vieira

Aolerno Valor a reportagem "Captação líquida na previdência privada aberta despenca e encerra 2025 com só R\$ 4 bilhões", chego às conclusões que já tinha antecipado quando o governo impôs a cobrança de imposto sobre operações financeiras (IOF) e dificultou formação de fundos exclusivos de previdência.

Existe na atual administração uma tendência incontestável de se criar ou aumentar **impostos**, principalmente aqueles que atinjam as classes de maior patrimônio. Seria justo se a carga tributária fosse baixa. Todavia, a carga tributária brasileira situa-se em torno de 33% a 34% do Produto Interno Bruto (**PIB**), equiparando-se à média dos países desenvolvidos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de cerca de 34%), mas superando amplamente a média da América Latina (21,5%). Paga-se tributo de países ricos e prove-se qualidade de serviço público como educação, saúde, transporte e segurança de países pobres ou emergentes.

A gênese do problema é a má alocação de capital. O setor público do Brasil aloca capital de forma populista, não se importando com a melhoria da produtividade da economia. Como disse Walter Schalka, em entrevista recente: "Sou muito a favor dos projetos sociais.

Mas não podemos medir projeto social pelo número de participantes. O objetivo deveria ser decrescer esse número gradativamente, colocando essas pessoas no mercado de trabalho". Programas sociais deveriam ser, em seu conjunto da obra, emergenciais e não permanentes, pois criam distorções sociais.

No caso da previdência privada, o governo deu um tiro no pé, pois estes planos estimulam a poupança de longo prazo, seja ela destinada a títulos públicos de maior "duration", títulos de crédito privado ou ações - instrumentos fomentadores de projetos de longo prazo, que têm capacidade de aumentar a produtividade total dos fatores (PTF). O Brasil o tem o 11 maior **PIB** do mundo e a ocupa a 62 posição em PTF.

Os planos 401(k) que são patrocinados por empregadores (US\$ 8,9 trilhões) representam cerca de 30% a 33% do **PIB** anual dos EUA. Se considerarmos o total de ativos de aposentadoria

(US\$ \$ 44 trilhões), o montante supera o valor total do **PIB** anual do país em uma vez e meia, aproximadamente. No Brasil, o patrimônio acumulado na previdência privada brasileira (aberta e fechada) representa aproximadamente 25% do **PIB**, considerando o valor total da **previdência Complementar**, que é de aproximadamente R\$ 2,79 trilhões.

Um efeito maléfico da questão é que, ao desestimular a poupança de longo prazo, o Tesouro Nacional acaba tendo que pagar taxas mais elevadas para financiar a dívida pública.

De outro lado, a classe média tem dificultada sua intenção de ter uma aposentaria em padrões de vida semelhantes ao observado em seu ciclo produtivo. Enfim, uma "lose-lose situation" como dizem os gringos.

Otávio Vieira é head de crédito privado da Est Gestão de Patrimônio

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Projeção para o IPCA neste ano sobe para 4,86%

CÍCERO COTRIM/BRASÍLIA

A mediana das expectativas de **inflação** (IPCA) para 2026 subiu pela sétima semana consecutiva, de 4,8% para 4,86%, de acordo com a nova edição do Boletim Focus divulgada ontem pelo Banco Central. O movimento reflete a escalada das incertezas com a guerra no Oriente Médio, que provocou uma disparada nos preços do petróleo. Considerando apenas as 122 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, mais sensíveis a novidades, a mediana do IPCA passou de 4,85% para 4,89%.

A estimativa intermediária do mercado para o IPCA de 2027 também subiu, pela quinta semana seguida, de 3,99% para 4,0%. Há um mês, era de 3,84%. O BC prevê **inflação** de 3,9%, em 2026, e de 3,3% no acumulado de 12 meses até o terceiro trimestre de 2027 - o horizonte relevante da política monetária.

A projeção para o IPCA do ano que vem é de 3,3%.

SELIC. A mediana para a Selic no fim deste ano permaneceu em 13%; o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC divulga amanhã a nova taxa básica de juros. Um mês antes, era de 12,50%. O mercado vem calibrando as expectativas para a trajetória dos juros, em meio à pressão inflacionária causada pela disparada dos preços do petróleo. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado aumenta projeção de inflação acima da meta

O Boletim Focus, documento semanal produzido pelo Banco Central e que resume as previsões do mercado financeiro para indicadores da economia, mostrou pela sétima semana consecutiva uma piora na estimativa para o índice oficial da **inflação** para este ano. A projeção do IPCA de 2026 subiu para 4,86%, o terceiro boletim com o indicador acima do teto da meta, de 4,5%. Antes do início da guerra no Irã, a estimativa de **inflação** para 2026 era de 3,9%.

A disparada nas cotações internacionais do petróleo e o prolongamento do conflito, que está completando dois meses, provocam pressões por aumentos de preços em toda a economia, impactando as estimativas.

- Não somos tão sensíveis ao petróleo na pauta de exportação e importação, que até pode ser positiva para a moeda, mas é uma ameaça à **inflação** e aos juros. A alta na previsão é um resumo da guerra, da pressão inflacionária que temos pela frente - diz Marcelo Muniz, diretor da tesouraria do C6 Bank.

Em relatório, o economista Rodolfo Margato, da XP, diz que "novas revisões para cima não podem ser descartadas" diante de um prolongamento do conflito.

Ontem, o barril de petróleo tipo Brent, referência internacional, subiu 2,75%, aproximando-se novamente de US\$ 110. Por aqui, os juros futuros subiram. A taxa de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 avançou de 14,09% para 14,14%, e a de janeiro de 2029 passou de 13,47% para 13,62%.

O Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne hoje e amanhã, e a previsão majoritária é de um corte de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros (Selic), atualmente em 14,75% ao ano. A grande questão é o ritmo de continuidade do ciclo de baixa diante da continuidade de pressões inflacionárias. No Focus divulgado ontem, o mercado manteve a projeção de 13% para o fim de 2026, contra 12,5% há um mês. Para 2027, a projeção era de 10,50% antes da guerra, mas no boletim de ontem estava em 11% ao ano.

FED DEVE MANTER JUROS

O Ibovespa fechou em baixa de 0,61%, aos 189.579 pontos. O dólar comercial caiu 0,31%, cotado a R\$ 4,98.

Para Muniz, do C6 Bank, o mercado operou em compasso de espera pela decisão de juros amanhã, quando os bancos centrais do Brasil e dos EUA anunciarão suas decisões sobre as taxas.

No mercado financeiro dos EUA, as apostas são de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) manterá a taxa básica no país, que está na faixa entre 3,5% e 3,75% ao ano.

Em Nova York, as Bolsas beiraram a estabilidade. O Nasdaq avançou 0,2%, puxado pela expectativa de bons resultados corporativos das big techs, e o S P 500 subiu 0,12%, o suficiente para alcançarem novas máximas históricas em pontos. O Dow Jones caiu 0,1%

Guerra puxa alta dos preços do material de construção

A guerra no Oriente Médio, envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã, já começa a pressionar os custos da construção civil e pode elevar o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) em 3,89 pontos percentuais em 2026, fazendo o indicador atingir 9,72% neste ano, segundo a FGV Ibre.

Inicialmente, o tamanho do impacto dependeria da duração do conflito e da intensidade dos efeitos sobre as cadeias globais. Na prática, porém, o choque foi forte o suficiente para tornar inevitável o repasse de custos, que já começa a aparecer no setor, destaca o estudo. A análise é dos economistas Ana Maria Castelo, André Braz e Matheus Dias.

Há aumento nos preços de materiais, transporte e insumos petroquímicos. O levantamento ouviu fabricantes de insumos industriais para a construção e identificou reajustes disseminados entre fevereiro e março, com início de vigência em abril, além de novos aumentos previstos para maio.

Para os economistas, a guerra também altera o principal vetor de custos da construção: "Se, até recentemente, a dinâmica era predominantemente explicada pela mão de obra, o atual cenário recoloca os materiais no centro da **inflação** setorial, ampliando os riscos de aceleração do INCC no curto e médio prazos", afirmam.

O aumento ainda pode atingir programas como o Minha Casa, Minha Vida e o Casa Brasil, explica a economista Ana Maria Castelo. O motivo é a elevação de custos não previstos em negócios

que já têm contratos fechados e preços estabelecidos, o que pode gerar risco de prejuízo para as construtoras, afirma.

No grupo de minerais não metálicos, que inclui produtos à base de cimento e concreto, o impacto será próximo de 1,34 ponto percentual no índice. Com baixa possibilidade de substituição, especialmente em obras de infraestrutura,

há maior chance de repasse integral dos custos, o que reduz a margem de ajuste das construtoras. O setor também sofre forte dependência de diesel e derivados de petróleo como aditivos e coque, usados na produção e transporte.

Materiais plásticos e derivados de PVC também estão entre os mais sensíveis, por terem base petroquímica. Insumos como polietileno e resinas de PVC são diretamente ligados às cadeias de petróleo e gás, o que amplia a exposição à volatilidade internacional.

Antes mesmo da guerra, esses produtos já acumulavam altas expressivas, como no caso dos tubos de PVC, que registravam aumento de 16,29% em 12 meses até fevereiro. Com o conflito, os reajustes podem chegar a 35%, especialmente em tubos e conexões. No INCC, o impacto pode atingir até 1,11 ponto percentual.

Tintas e produtos químicos têm impacto potencial estimado em 0,31 ponto percentual sobre o INCC. Como são utilizados nas etapas finais das obras, o efeito tende a ser defasado, atingindo projetos já em andamento. O aumento decorre do encarecimento de insumos petroquímicos, como solventes e resinas, além da alta nos custos logísticos. Os reajustes projetados giram em torno de 10%.

Nos metálicos, o impacto potencial é de 0,96 ponto percentual no INCC. O destaque são vergalhões e arames de aço, com reajuste estimado de 13%. O peso desses produtos é de 5,30% do índice.

Segundo o estudo, o comportamento desse grupo difere dos demais. Os preços dependem mais da dinâmica industrial chinesa e da demanda global. Nesse caso, o conflito atua mais como "fator amplificador" do que como causa principal.

No segmento de revestimentos, as placas cerâmicas têm reajuste projetado de 12%, com impacto estimado de 0,17 ponto percentual sobre o INCC. A produção cerâmica utiliza gás natural nos fornos de queima, o que torna o setor sensível a choques energéticos.

Além disso, parte dos insumos usados em esmaltes e pigmentos depende de cadeias globais afetadas pela instabilidade recente. Mesmo com impacto menor, os reajustes tendem a se espalhar ao longo da cadeia devido ao uso amplo desses materiais.

O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP) também já percebe o aumento do material de construção, segundo o

presidente Yorki Estefan. Ele destaca que o avanço já se refletiu inclusive no INCC de abril, divulgado nesta segunda-feira (27), que teve alta de 1,04%, após variação de 0,36% em março.

Estefan avalia que o aumento deve impactar mais os insumos com maior exposição ao mercado internacional. Para as construtoras, o efeito imediato é a recomposição dos custos das obras, com pressão adicional sobre as margens, sobretudo em contratos de longo prazo, segundo ele. O presidente também destaca que, dependendo da persistência do cenário, pode haver revisão de cronogramas, postergação de lançamentos e maior seletividade nos investimentos.

"No caso do Minha Casa, Minha Vida, o impacto tende a ser mais sensível. Por operar com margens mais ajustadas e parâmetros definidos, a elevação dos custos pode afetar a viabilidade econômica de novos projetos e reduzir o ritmo de produção. Isso pode demandar ajustes operacionais e, eventualmente, aperfeiçoamentos no programa para preservar sua capacidade de entrega", afirma Estefan.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

PIB do agronegócio brasileiro teve alta de 12,2% em 2025

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do agronegócio brasileiro avançou 12,2% em 2025 sobre o ano anterior, sustentado sobretudo pelo crescimento da produção agropecuária nacional, que também impulsionou os agrosserviços. Os números, divulgados ontem, foram calculados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Segundo o Cepea/CNA, o **PIB** do agronegócio alcançou R\$ 3,20 trilhões no ano passado, sendo aproximadamente R\$ 2,06 trilhões no ramo agrícola e R\$ 1,14 trilhão no ramo pecuário, a preços do quarto trimestre.

Com esse resultado, a participação do agronegócio na economia brasileira foi de 25,13% em 2025, acima dos 22,9% registrados no ano anterior.

A CNA destacou que, apesar da expressiva expansão registrada no acumulado do ano, o resultado foi impulsionado, principalmente, pela elevação dos preços reais ao longo do período.

"Com a incorporação dos dados referentes ao último trimestre do ano, o desempenho do **PIB** do agronegócio foi relativamente mais contido do que aquele projetado pelas análises parciais. Mesmo assim, o resultado mostrou um crescimento importante, sustentado tanto pelo aumento da produção quanto pela manutenção de preços reais em patamares superiores aos observados em 2024", afirmou a entidade em **comunicado**.

Entre os segmentos do agro, o **PIB** dos insumos cresceu 5,37%, impulsionado pelos insumos agrícolas, especialmente fertilizantes, defensivos e máquinas. Já os insumos de base pecuária recuaram, influenciados pela queda no valor da produção da indústria de rações.

No segmento primário, o crescimento foi expressivo (17,06%), segundo os cálculos, sustentado tanto pelo aumento da produção agrícola, com destaque para milho e café, quanto pela combinação de preços mais elevados e maior produção na pecuária.

Na agroindústria, o desempenho foi heterogêneo: as atividades de base agrícola recuaram 3,33%,

pressionadas pela queda dos preços industriais, enquanto as de base pecuária avançaram 36,54%, influenciadas pela valorização dos preços e pela expansão da produção.

Os agrosserviços também tiveram avanço significativo no ano passado (13,76%), "refletindo principalmente o dinamismo da pecuária", de acordo com os cálculos do Cepea/CNA.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Impasse no Oriente Médio pressiona juros

Gabriel Caldeira, Arthur Cagliari, Maria Fernanda Salinet e Luana Reis

Investidores ao redor do mundo se viram novamente frustrados com o noticiário sobre a guerra no Oriente Médio, o que reduziu o apetite por ativos de risco durante o pregão de ontem. O impasse entre Estados Unidos e Irã, que afasta os países de uma solução diplomática para a guerra, pesou no sentimento dos agentes do mercado financeiro e impôs um novo salto aos preços do petróleo, piorando a perspectiva para a **inflação** e para a política monetária.

O petróleo tipo Brent, referência mundial, com vencimento em junho teve alta de 2,75%, cotado a US\$ 108,23 por barril, ao passo em que o barril do WTI (referência americana) com entrega prevista para o mesmo mês subiu 2,09%, a US\$ 96,37 por barril.

No mercado doméstico, a classe de ativos mais prejudicada pelo avanço da commodity foi a de renda fixa, que também sofreu com o avanço das taxas dos Treasuries americanos. Encerrados os negócios, a taxa do contrato de DI com vencimento em janeiro de 2029 saiu de 13,48% para 13,615%, e a do DI de janeiro de 2031 teve forte alta, de 13,515% a 13,635%. Já em Nova York, a taxa da Treasury de dez anos subiu de 4,307% para 4,345%, tendo chegado à máxima de 4,358%.

No mercado acionário doméstico, o Ibovespa recuou 0,61% e perdeu o nível dos 190 mil pontos, ao encerrar aos 189.579 pontos. O S P 500, referência da bolsa americana, subiu 0,12%, aos 7.173,91 pontos - suficiente para renovar sua máxima de fechamento.

Se, por um lado, o ambiente externo e a alta do petróleo derrubaram outros ativos, o mercado de câmbio local se destacou e o real ganhou terreno em relação ao dólar, junto de outras moedas sensíveis à variação da commodity. No mercado à vista, o dólar comercial cedeu 0,31% e terminou o dia cotado a R\$ 4,9823.

Vale ressaltar que a perspectiva de um diferencial de juros elevado entre Brasil e Estados Unidos segue sustentando o real. Ainda que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central tenha iniciado seu ciclo de cortes da Selic, é esperado que a redução da taxa seja moderada em face dos impactos inflacionários causados pela guerra no Oriente Médio.

Como lembram estrategistas do UBS Wealth

Management, em nota, a **inflação** atual já começou a ficar acima do previsto, e as expectativas reagiram fortemente ao choque do petróleo no Brasil. "Com a possibilidade de a **inflação** ultrapassar o limite superior da meta neste ano, a margem para um maior afrouxamento em 2026 é menor do que o previsto anteriormente", apontam. "Isso deve manter o real brasileiro atrativo do ponto de vista do "carry" nominal e real, mesmo que o Banco Central decida reduzir sua taxa básica de juros novamente."

Nesta terça-feira, saem os dados do IPCA-15 de abril, a prévia da **inflação** deste mês, que deve mostrar uma nova aceleração do principal índice de preços doméstico. A piora do quadro inflacionário, somada às incertezas quanto ao ambiente externo, deve levar o Copom a cortar a Selic em 0,25 ponto percentual pela segunda reunião seguida, sem indicar de forma clara qual será o passo seguinte.

Por enquanto, os investidores colocam nos preços uma chance de cerca de 50% para que o Copom reduza a Selic em 0,25 ponto também em junho, ao passo em que a manutenção da Selic e um corte mais agressivo, de 0,5 ponto, apresentam porcentagem similares, pouco acima de 20%, no mercado de opções digitais.

"A distribuição para a reunião de junho é simétrica em torno de [um corte de] 0,25 ponto. O Comitê fechará as portas para as outras duas opções? Se sim, para qual: manutenção ou aceleração? Essa é a questão a ser respondida. Vamos ver se o IPCA-15 fornecerá a resposta antecipadamente.", comenta um participante do mercado em condição de anonimato.

Apesar do estresse no mercado de juros desde o início da guerra, o Deutsche Bank mantém visão otimista sobre as taxas brasileiras e espera um desempenho melhor do mercado local em relação a pares emergentes. "Embora as incertezas externas possam continuar a criar desafios, acreditamos que o pior, do ponto de vista geopolítico, já ficou para trás. De qualquer forma, o Brasil deve continuar a ser menos afetado pelo choque imediato; por isso, nossa visão estrutural mudou", afirmam em relatório os estrategistas para América Latina do banco.

Segundo eles, com um ciclo de cortes da Selic embutido pelo mercado de apenas 1,5 ponto percentual, levando a Selic a 13,50%, os investidores têm uma visão conservadora demais para a política monetária do BC. Com isso, o Deutsche Bank avalia

que há prêmios de risco a serem capturados na curva, em especial nos vencimentos de médio prazo, que tendem a ser mais impactados pela perspectiva para a Selic em comparação com as taxas de longo prazo.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Endividamento avança mais e renova recorde

Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro De Brasília e São Paulo

Em meio a discussões no governo federal sobre iniciativas de renegociação de dívidas de pessoas físicas, o comprometimento de renda e o endividamento das famílias chegaram a patamares recordes, segundo o Banco Central (BC). As estatísticas referentes a fevereiro foram divulgadas ontem pela autoridade monetária.

No caso do comprometimento de renda, que considera o valor médio para o pagamento da dívida no mês e a renda das famílias, o indicador chegou a 29,7%, renovando o recorde de 29,5% registrado em janeiro. É o maior patamar da série, iniciada em 2005. O indicador vem em trajetória de alta desde o início de 2024. Em fevereiro daquele ano, o comprometimento estava em 26,6% da renda e passou para 27,8% no mesmo mês de 2025.

Os indicadores de comprometimento de renda e endividamento da população têm chamado atenção do governo, que prepara um programa com foco na renegociação de dívidas. Conforme afirmou o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o programa deverá ser lançado nesta semana pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O endividamento das famílias também seguiu em trajetória de alta ao atingir o patamar recorde em fevereiro, em 49,9%. O indicador considera o total de dívida das pessoas e divide pela renda anual. Em janeiro, estava em 49,8% da renda.

Jucelia Lisboa, economista e sócia da Siegen Consultoria, diz que o crescimento da renda não tem sido suficiente para absorver o encarecimento do custo de vida e dos serviços financeiros. Além disso, os juros elevados pressionam o orçamento familiar. Lisboa também destaca que a expansão do crédito é mais concentrada nas famílias e linhas voltadas ao consumo. "Esse movimento contribui para a sustentação da atividade econômica no curto prazo, mas amplia a sensibilidade das famílias a choques de renda e juros, tornando o endividamento mais persistente na ausência de melhora estrutural da capacidade de pagamento", diz.

As estatísticas de crédito do BC mostraram, de forma mais ampla, que a taxa média de juros bancários continuou subindo. A taxa chegou a 33,1% ao ano em março deste ano, contra 32,9% no mês anterior. A alta foi concentrada nas modalidades de crédito

direcionado, que foram impactadas pela elevação da Taxa de Longo Prazo (TLP) do BNDES, segundo o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha. A TLP tem uma parte variável calculada pela **inflação**, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses passou de 3,81% em fevereiro para 4,14% em março.

"Isso [aumento da TLP] se traduziu diretamente no aumento das taxas de juros do crédito direcionado. Os spreads [diferença entre as taxa cobradas nos empréstimos e as taxas de captação] do crédito direcionado permaneceram estáveis", disse Rocha. "Se a taxa de juros cresceu 0,7 ponto percentual e o spread variou zero, isso significa que o custo de captação também cresceu 0,7 ponto."

Já a taxa de crescimento nominal do saldo do crédito em 12 meses, que estava em queda, teve variação para cima, de 9,6% para 9,7% entre fevereiro e março. Rocha, do BC, diz que é necessário esperar os dados dos próximos meses para verificar se há uma interrupção do movimento ou se a estabilidade foi pontual.

Em nota, o economista do ASA, Leonardo Costa, destacou o ritmo praticamente estável. Sobre o endividamento e comprometimento, Costa afirmou que ainda não há sinais de reversão do cenário. "Esse quadro segue sendo o principal fator de vulnerabilidade do ciclo de crédito no médio prazo", diz.

Sítio: <https://valor.globo.com/impresso>